



**Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para
América Latina e o Caribe**

**PRINCÍPIOS DE ALTO NÍVEL DA INFE PARA AVALIAÇÃO DE
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Janeiro de 2012

Esta tradução é publicada por acordo com a OCDE. Não é uma tradução oficial da OCDE. A qualidade da tradução e sua coerência com o texto na língua original da obra são da exclusiva responsabilidade dos autores da tradução. Em caso de qualquer discrepância entre o trabalho original em inglês e tradução ao português, somente será considerado válido o texto do trabalho original: www.oecd.org/finance/financial-education/49373959.pdf

INTRODUÇÃO

Em 2003, a OCDE lançou um programa internacional de educação financeira¹, sob a égide do Comitê de Mercados Financeiros (CMF) e do Comitê de Seguros e Previdência Privada (IPPC) da OCDE. Um dos marcos do programa foi a adoção da Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira pelo Conselho da OCDE (OCDE, 2005).

A Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira da OCDE enfatiza a importância do desenvolvimento de programas eficientes de educação financeira e estabelece que: 'O desenvolvimento de metodologias para avaliar programas existentes de educação financeira deve ser promovido' (OCDE, 2005). Além disso, o CMF, o IPPC e a INFE² identificaram como prioridade máxima o desenvolvimento de diretrizes para o monitoramento e a avaliação de programas. Portanto, a INFE convocou um subgrupo especializado em programas de avaliação de educação financeira em nível global para estimular formuladores de políticas públicas a reconhecer o valor da avaliação e a melhorar a prática da avaliação.

O monitoramento³ e a avaliação⁴ de programas são essenciais para verificar a eficácia do programa, para identificar áreas a serem aperfeiçoadas e para ver se a iniciativa faz bom uso dos recursos. Os resultados das avaliações também podem informar estratégias nacionais de educação financeira, identificando programas mais eficientes e influenciando decisões de financiamentos futuros. Além disso, quando conclusões robustas de avaliações são generalizadas para uma população maior, é possível prever o impacto total de um programa em uma escala muito maior e determinar objetivos bem definidos para as políticas.

Os dados de avaliação podem ser complementados com medidas de educação financeira em nível nacional ou internacional. Uma pesquisa nacional de alfabetização financeira pode ajudar formuladores de programas a identificar tópicos que devem ser abarcados por programas de educação financeira e a definir alvos adequados ao escrever suas metas e objetivos. Com pesquisas repetidas, também pode ser possível identificar mudanças em níveis de alfabetização financeira ao longo do tempo e atribuir essas mudanças à implementação de programas de educação financeira de larga escala. Entretanto, uma pesquisa nacional não deve ser vista como alternativa à avaliação de um programa, uma vez que a pesquisa não permite uma análise detalhada dos benefícios de programas em particular e não são desenhadas com base nas metas e objetivos de um programa específico.

¹ A educação financeira é o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar e sua proteção financeira.

² A OCDE criou a rede INFE em 2008 para promover e facilitar a cooperação entre os formuladores de políticas públicas e outras partes interessadas em questões de educação financeira em nível internacional. Atualmente, mais de 200 instituições públicas em mais de 90 países se uniram à rede.

³ por exemplo, o rastreamento de rotina de dados de entrada e saída.

⁴ por exemplo, a avaliação das mudanças que podem ser atribuídas ao programa.

Nesse contexto, e sob a orientação de vários artigos da OCDE e da INFE (OECD (2010), OCDE/INFE (2010a), OCDE/INFE (2010b)), este documento apresenta os princípios de alto nível da INFE para avaliar programas de educação financeira (doravante definidos como os princípios de alto nível) e se destina a complementar a Recomendação da OCDE de 2005. Os princípios de alto nível foram desenhados para proporcionar informações adicionais aos formuladores de políticas públicas, criadores de programas de educação financeira e outras partes interessadas sobre a importância da avaliação. Eles têm a ver com o monitoramento e a avaliação de uma ampla gama de oferta de educação financeira, de cursos individuais e seminários até programas e campanhas de comunicação de larga escala. A avaliação das estratégias nacionais requer a avaliação das partes integrantes, e estes princípios de alto nível são, portanto, relevantes em todos os países, independentemente de que haja uma estratégia nacional de alfabetização financeira.

A avaliação de programas escolares não está no escopo destes princípios de alto nível. A OCDE e sua rede INFE desenvolveram um trabalho específico para abordar a difusão e a avaliação da educação financeira nas escolas⁵.

PROCESSO

Estes princípios de alto nível foram desenvolvidos e aprovados pela OCDE/INFE em dezembro de 2010. Eles então foram transmitidos aos Comitês da OCDE responsáveis por educação financeira [o Comitê de Mercados Financeiros (CMF) e o Comitê de Seguros e Previdência Privada (IPPC)] e aprovados para consulta pública adicional. O documento foi posteriormente disponibilizado para consulta pública no website da OCDE e no Portal Internacional de Educação Financeira da OCDE⁶ em agosto/setembro de 2011. Alguns comentários menores foram recebidos e analisados por meio desse processo. Após o bem-sucedido processo de consulta pública, o documento foi aprovado pela INFE como os princípios de alto nível da INFE.

⁵ Os resultados desse trabalho serão publicados no primeiro semestre de 2012.

⁶ www.financial-education.org

1. Avaliação: um elemento essencial de programas de educação financeira

Novos programas devem ser avaliados

Deve-se desenvolver uma estratégia de monitoramento e avaliação em paralelo a novos programas de educação financeira, a fim de maximizar os benefícios dos dados da avaliação. Deve ser dada à avaliação a mesma importância que a qualquer outro aspecto do programa. Na medida do possível, deve ser promovido o diálogo e a colaboração entre criadores, facilitadores e avaliadores do programa, a fim de garantir que todos estejam de acordo quanto às metas e objetivos e à implementação da avaliação.

Deve-se ter o cuidado de alinhar as expectativas entre as partes interessadas e de assegurar que a avaliação lhes poderá proporcionar informações úteis.

Os programas existentes devem ser avaliados na medida do possível

Embora os programas devam, idealmente, ser desenvolvidos já com a avaliação em mente, existem meios de avaliar iniciativas existentes, a fim de fornecer evidências de eficiência e subsidiar as decisões futuras sobre políticas públicas.

Todos os processos de monitoramento em andamento e as fontes de dados disponíveis devem ser identificados e utilizados conforme necessário para avaliar programas existentes, a fim de se evitar retrabalho. Quando não houver tais recursos, devem ser implementados ao mesmo tempo processos de monitoramento e avaliação.

Tal como acontece com novos programas, o processo de desenvolvimento de uma avaliação dos programas existentes deve ser colaborativo, para que todos os participantes estejam de acordo com as metas e objetivos, bem como com a implementação da avaliação. Deve-se dar prioridade a explicar às partes interessadas a razão de se fazer a avaliação e buscar sua cooperação plena.

2. Orçamento para a avaliação

É preciso fixar um orçamento para a avaliação. Quando não é possível avaliar todos os aspectos do programa dentro do orçamento, os participantes devem ser estimulados a identificar quais aspectos do programa devem ser avaliados de forma prioritária, tomando-se em conta os objetivos principais do programa.

As verbas reservadas para a avaliação deve ser proporcionais ao custo total do programa. Deve-se dar especial atenção à identificação de recursos de avaliação pré-existentes que possam reduzir o custo de avaliação, como materiais, recursos ou quadros de avaliação existentes, incluindo as guias OCDE/INFE de avaliação OCDE/INFE (2010a), OCDE/INFE (2010b). Também podem ser utilizados dados de busca já existentes para definir parâmetros de referência; instrumentos de testes ou enquetes podem ser modificados para uso na avaliação; e dados como registros de empregadores de verbas pagas a fundos de pensão podem ser utilizados para identificar mudanças ao longo do tempo.

Sempre que possível, deve-se tentar obter uma estimativa precisa dos custos de avaliação antes de concluir o financiamento para programas de educação financeira, a fim de reservar um montante adequado de recursos ou identificar fontes adicionais de financiamento quando necessário.

Há algumas circunstâncias em que os benefícios de longo prazo dos resultados podem justificar avaliações de alto custo nas fases iniciais. Esse é particularmente o caso dos estudos piloto desenvolvidos

especificamente para avaliar os benefícios potenciais de um novo programa de educação financeira de larga escala.

3. **Avaliadores externos: ampliando a credibilidade, as habilidades e a independência**

O uso de avaliadores externos deve ser estimulado quando houver recursos para isso. Bons avaliadores possuem as habilidades necessárias para garantir um desenho de avaliação robusto, os contatos para avaliar informações que de outra forma seriam difíceis de obter, e a experiência para encontrar soluções para qualquer problema que surja durante o processo de avaliação. Sua independência também pode encorajar os participantes a responderem de forma mais aberta.

Ao escolher um avaliador externo, deve-se prestar atenção se possui níveis adequados de conhecimento a respeito de cada elemento do programa, incluindo o tema principal, o método de distribuição e o público alvo. Considerações semelhantes devem ser feitas quanto às suas competências e experiência, incluindo a habilidade de relatar as descobertas de avaliação de modo acessível.

A parcela da avaliação conduzida por um especialista independente deve depender da natureza específica da avaliação. Quando uma avaliação se baseia quase inteiramente em dados de monitoramento, por exemplo, o avaliador externo deve revisar os dados e análises subsequentes para confirmar se as respostas não foram enviesadas.

É preciso envidar esforços para estimular estudantes de doutorado e outros a trabalharem na área de avaliação de programas de alfabetização financeira, a fim de aumentar o número de avaliadores externos disponíveis.

4. **Desenho adequado da avaliação**

O desenho da avaliação deve levar em consideração os objetivos do programa, o tamanho e a duração do programa, o público alvo e o método de distribuição. Também deve ser adequado para as necessidades dos participantes, incluindo aqueles responsáveis por aplicar as descobertas da avaliação em programas futuros. Devem-se priorizar avaliações desenhadas para atribuir mudanças observadas no público alvo à sua participação no programa⁷.

Alinhada com objetivos de programa bem definidos

Uma avaliação deve ser concebida para avaliar a extensão em que um programa atinge metas e objetivos específicos e cumpre seus objetivos gerais. Isso se obtém quando se alinha o desenho da avaliação com os objetivos do programa.

⁷ Diretrizes adicionais sobre a escolha de projetos de avaliação adequados estão disponíveis em OCDE (2010), OCDE/INFE (2010a), e OCDE/INFE (2010b)

Programas de informação e conscientização financeira podem incorporar elementos de três tipos distintos de objetivos, e cada um deles exige um tipo de avaliação diferente:

- O primeiro tipo de programa fornece informações aos consumidores, e o objetivo é muitas vezes alcançar o maior número de pessoas possível. Nesses casos, o monitoramento dos dados oferece evidência suficiente de que o programa alcançou seus objetivos.
- Outros programas são projetados para aumentar o conhecimento ou as habilidades. Nesses casos, devem ser distribuídos testes antes e depois do programa para indicar se houve aprendizagem. Estudos de acompanhamento podem ser utilizados para explorar a medida em que o conhecimento ou a habilidade foi retida.
- O terceiro tipo de programa pretende desenvolver novos comportamentos ou alterar comportamentos existentes. Os avaliadores devem considerar o emprego de monitoramento e processo de avaliação de longa duração para verificar a magnitude da mudança de comportamento.

Muitas vezes os programas contêm mais de um desses objetivos. Nesses casos, o desenho da avaliação deve incorporar vários métodos.

Se um programa de educação financeira não tem objetivos bem definidos, os avaliadores devem identificar referências externas (tais como o desempenho de programas semelhantes implementados em outros lugares) contra as quais o programa pode ser avaliado. É mais provável que isso seja necessário quando um programa não foi desenhado com a avaliação em mente.

Adequada para o tamanho e a duração do programa

Programas de educação financeira devem ser avaliados independentemente do tamanho, mas programas maiores proporcionam mais opções em termos de métodos utilizados e a gama completa de opções deve ser considerada nesses casos.

A avaliação de programas de menor escala deve ser desenhada com especial atenção às restrições orçamentárias implícitas e o baixo número de participantes dos quais extrair uma amostra.

Alguns programas de educação financeira ocorrem durante várias sessões, enquanto outros são entregues em um ponto específico no tempo. A quantidade de contribuição esperada dos participantes deve ser proporcional à quantidade de prestação recebida. Programas de educação financeira desenhados para ser executados após várias sessões podem ser desenhados para incorporar participação repetida e deveriam idealmente incorporar avaliações que capturem mudanças ao longo do tempo.

Levando em consideração o público alvo e o método de distribuição

Ao se avaliar um programa desenhado para atingir toda a população, deve-se priorizar o uso de dados nacionais, como pesquisas sobre alfabetização financeira ou indicadores econômicos agregados. Desenhos de avaliação que automatizam o monitoramento e o processo de avaliação também devem ser considerados como enfoques de bom custo/benefício para a coleta de dados em tais situações.

O desenho de avaliações que focam em programas que têm como alvo um subconjunto da população dependerão da extensão em que variações na condição econômica, nos níveis de escolarização, de alfabetização, de habilidade numérica ou de idioma dos participantes da educação

financeira podem ter impacto na sua capacidade de contribuir para o processo de avaliação. Também deve ser considerado no projeto de avaliação em que medida o público alvo é transitório ou vulnerável.

O projeto de avaliação deve estar alinhado com o método de distribuição para conter custos e proporcionar dados confiáveis. Por exemplo, usuários de aprendizagem pela internet podem ser muito dispersos geograficamente para serem entrevistados pessoalmente, mas poderiam facilmente ser abordados por telefone, e-mail ou por uma enquete online.

Atribuindo mudanças ao programa

As avaliações devem indicar às partes interessadas em que medida os programas mudaram os níveis de conhecimento, habilidade, comportamento ou atitude (quando esses resultados estiverem de acordo com os objetivos do programa). Nem todos os desenhos de avaliação podem provar uma relação de causalidade entre programas de educação financeira e as mudanças observadas; mas, idealmente, deve-se dar prioridade a projetos que possam provar tal relação. A forma mais rigorosa de inferir uma relação de causalidade é realizar um estudo paralelo com um grupo de pessoas que não participou do programa (um grupo de controle ou comparação, dependendo de como forem escolhidos). Se os participantes do programa apresentarem mudanças que não ocorreram no estudo paralelo, então é razoável atribuir essas mudanças ao programa.

Um estudo qualitativo bem desenhado pode dar informações valiosas sobre fatores adicionais que poderiam explicar as alterações observadas. Buscar compreender de que forma as mudanças ocorreram deve ser considerado parte importante das avaliações. Isso pode incluir entrevistas em profundidade, estudos de caso ou grupos focais.

Para atribuir níveis de conhecimento ou habilidade ao programa e identificar progressos, a avaliação deve incorporar medição de conhecimento ou habilidade antes e depois a participação. Estudos longitudinais devem ser considerados com acompanhamento repetido de participantes, a fim de identificar mudanças ao longo do tempo e a medida em que essas mudanças são duradouras.

5. Relatório

Na medida do possível, os formuladores de políticas públicas devem estimular o relatório dos resultados das avaliações. Os relatórios devem discutir tanto os resultados positivos quanto os negativos, a fim de subsidiar adequadamente o desenho de programas futuros.

As avaliações só são verdadeiramente valiosas se as pessoas aprenderem com elas; precisam saber o que funcionou e o que não funcionou. Quando as avaliações são relatadas de forma imparcial, elas podem ajudar os criadores de programas e outros a melhorar aspectos da educação financeira oferecida e evitar erros caros no futuro. Compartilhar os resultados permitirá que outras pessoas possam avaliar seus próprios programas e definir objetivos.

As partes interessadas devem identificar suas necessidades de relatório durante a fase de planejamento da avaliação. Dependendo da complexidade do planejamento da avaliação, muitos meses podem se passar entre a coleta dos dados e o relatório final. Durante esse tempo, deve-se considerar o benefício de relatórios provisórios, levando-se em conta que as conclusões podem mudar à medida que os dados sejam disponibilizados.

REFERÊNCIAS

OECD (2005a) *Increasing Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. Paris: OECD

OECD (2005b) *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*

OECD (2010) *A framework for the evaluation of financial education programmes in Proceedings: OECD-Bank of Italy International Symposium on Financial Literacy*. Paris: OECD

INFE (2010a) *Guide to evaluating financial education programmes*
<http://www.financial-education.org/dataoecd/3/47/47220527.pdf>

INFE (2010b) Detailed guide to evaluating financial education programmes